

INFÂNCIA BRASILEIRA: OLHARES PARA A VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

INFANCIA BRASILEÑA: MIRADAS SOBRE LA VIOLENCIA DURANTE LA PANDEMIA

BRAZILIAN CHILDHOOD: PERSPECTIVES ON VIOLENCE IN THE PANDEMIC

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12582

Lara Batomarco Nobre
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7573-5865>
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9027644601764659>
Endereço eletrônico: Nobrelara@hotmail.com

Monique Aparecida Voltarelli
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2605-0930>
Id. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9027644601764659>
Endereço eletrônico: moniquevoltarelli@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa guarda-chuva, sobre infância e pandemia, realizada a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília no período de 2022 a 2023. Como recorte de um estudo mais amplo, esta pesquisa visa, a partir das produções científicas, a exploração dos aspectos relacionados à infância vivenciada durante a pandemia da Covid-19, com efeito nas circunstâncias que corroboraram para a intensificação da violência infantil no território brasileiro durante o período de isolamento social, tendo em vista que a quarentena fortaleceu os fenômenos propulsores de diversos tipos de violência, que compõem uma temática de extrema urgência. Desta forma, investiga-se neste artigo as variadas características das violências

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 78-95
----------------	--	---------	-------	----------	----------

praticadas contra as crianças, bem como as consequências e efeitos resultantes de agressões psicológicas, físicas, sexuais, de maus tratos, do rompimento dos direitos infantis e até da violência mediada pelas tecnologias digitais a partir das publicações acadêmicas deste período.

Palavras chave: Crianças. Infância. Violência. Covid-19.

RESUMEN

El presente trabajo se desarrolla a partir de una investigación sobre infancia y pandemia, realizada desde el Programa Institucional de Becas de Iniciación Científica (PIBIC) de la Universidad de Brasilia en el período de 2022 a 2023. Como parte de un estudio más amplio, esta investigación apunta, a partir de las producciones científicas, a la exploración de aspectos relacionados a la infancia vivida durante la pandemia de Covid-19, con efecto en las circunstancias que colaboraron para la intensificación de la violencia infantil en el territorio brasileño durante el período de aislamiento social, considerando que la cuarentena fortaleció los fenómenos que impulsaron diversos tipos de violencia, que conforman un tema de extrema urgencia. Así, este artículo investiga las diversas características de la violencia contra los niños, así como las consecuencias y efectos resultantes de la agresión psicológica, física, sexual, el maltrato, de la violación de los derechos de los niños e incluso la violencia mediada por las tecnologías digitales vistas en las publicaciones académicas del período de pandemia.

Palabras clave: Niños. Niñez. Violencia. Covid-19.

ABSTRACT

The present work is developed from umbrella research on childhood and pandemic, carried out from the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships of the University of Brasília in the period from 2022 to 2023. As a part of a broader study, this research aims, from scientific productions, to explore aspects related to childhood experienced during the Covid-19 pandemic and the circumstances that cooperated to the intensification of child violence in Brazil during the period of social isolation, considering that quarantine strengthened the propulsive phenomena of various types of violence, which make up a theme of extreme urgency. So, this article investigates the difference of characteristics of violence against children, as well as the consequences and effects resulting from psychological, physical, sexual, ill-treatment, disruption of

children's rights and even violence mediated by digital technologies from academic publications on this period.

Keywords: Children. Childhood. Violence. Covid-19.

INTRODUÇÃO

Observa-se que a infância brasileira foi experienciada a partir de múltiplas conjunturas em meio ao cenário pandêmico da Covid-19. As readaptações em meio às circunstâncias emergenciais foram essenciais para a continuação das atividades rotineiras desenvolvidas pela população. Todavia, reconhece-se que nem todos desfrutaram das mesmas possibilidades e oportunidades para essa reorganização, uma vez que a desigualdade social presente em nosso país se potencializou, ampliando as esferas de vulnerabilidade.

A expansão da disparidade entre as classes sociais resultou em incontáveis problemas, especialmente no que tange a infância, que é o foco central desta discussão. Com o intuito de direcionar os olhares para a multiplicidade dos tipos de violência contra as crianças em meio ao distanciamento social, o estudo apoiado no campo da Sociologia da Infância possibilita o reconhecimento e a valorização das infâncias brasileiras em meio à sua diversidade, pois cada vez mais tem sido percebido as crianças enquanto sujeitos ativos, plurais, multiculturais, históricos e particulares em nossa sociedade.

As crianças são cidadãs, dignas do reconhecimento de seus direitos e de sua valorização como protagonistas na sociedade, uma vez consideradas “um conceito carregado de historicidade e também como um campo de embate político” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p.2). Portanto, dá-se a relevância na problemática deste texto a partir da busca pela valorização das crianças como atores sociais de direito e atuação plena, que necessitam de proteção integral e segurança, pois devem ser vistas em sua totalidade e integralidade, uma vez que carecem de participação ativa em nossa sociedade, assim como requerem da garantia de seus direitos expressos em documentos oficiais e da criação de políticas públicas para a infância (BRANDÃO, 2021).

Desta forma, considerando as repercussões e mudanças originadas no contexto social da infância, o presente trabalho almeja a promoção da visibilidade das crianças que vivenciaram os efeitos acometidos pelo aumento da vulnerabilidade em meio a Covid-19, com efeito nas que foram vítimas de violência durante o período de distanciamento social, para que não se tornem

vítimas esquecidas desta pandemia. O estudo realizado trata-se de um recorte de uma pesquisa promovida pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade de Brasília, na Faculdade de Educação, desenvolvida ao longo dos anos de 2022 e 2023.

Buscou-se ainda analisar as características dos contextos vulneráveis a que as crianças estavam suscetíveis, tendo em vista que este conceito refere-se à posição de vulnerabilidade quanto à exposição, desproteção e fragilidade vivida por esse grupo social, ademais, visa-se apurar os atributos presentes nos olhares dos pesquisadores para as crianças, bem como as condições sociais observadas nas pesquisas e como esses seres foram retratados pelas investigações, considerando que em meio ao distanciamento social demandado por esse período, inúmeros tipos de violência, em muitos casos já existentes, foram fortificado sem consequência da indefensabilidade das vítimas.

Nota-se ao longo dos artigos, que os autores avaliaram a violência a partir de múltiplas perspectivas, a fim investigar a realidade dos fenômenos enfrentados por essas crianças, que pouco foram representadas ou percebidas. Em muitos casos, a ausência e/ou a falta de suporte das instituições educativas e serviços de saúde, somadas as condições socioeconômicas ocultas em que se encontravam, agravaram as realidades de violência intrafamiliar doméstica e sexual, em razão da dificuldade de identificar os casos pela falta de contato com esses locais.

Entretanto, outros tipos de violência contra a criança também foram localizados nas publicações como a negligência, a vedação da participação dos indivíduos nos locais públicos, a falta de atendimento nos serviços de apoio, a violência provocada pelas tecnologias, a violência auto infligida/autoprovocada e o rompimento dos direitos das crianças, que serão discutidas ao longo deste trabalho.

A INFÂNCIA NA PANDEMIA

A situação emergencial de saúde pública instaurada mundialmente a partir da disseminação do vírus da Covid-19 em meados do ano de 2020, acarretou inúmeras problemáticas para a vida da população. O avanço da disseminação do coronavírus, assim como os altos índices de mortalidade existentes neste momento instaurou um pânico global, a crise sanitária resultou na implementação de uma medida protetiva que de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), era considerada a melhor alternativa para a contenção do novo coronavírus. Desta forma, sucedeu-se o rompimento do contato presencial dos indivíduos,

a fim de conter a disseminação do novo coronavírus, o qual resultou em mudanças repentinas nas vivências cotidianas, na rotina, na frequência dos espaços de convivência, nas relações familiares e sociais.

Conseqüentemente o distanciamento dos sujeitos de suas atribuições diárias e dos espaços sociais causaram efeitos devastadores em suas habitualidades. As crianças vulneráveis sentiram ainda mais esses impactos, tais como as que vivem assentamentos informais, as sem-teto, as de populações rurais, de grupos que estavam em processos imigratórios, as refugiadas, as moradoras das comunidades indígenas e as moradoras de áreas de risco de calamidade, em virtude da ausência de políticas públicas e formas de proteção social que garantam medidas protetivas e/ou condições básicas de sobrevivência para esses grupos. Todavia, embora reconhecida a urgência do distanciamento social, decorrente da emergência de saúde pública provinda pelo surto do novo coronavírus em 2019-2022, esta pesquisa enfatiza o alcance da problemática da violência que este momento trouxe trouxe em potencial para as múltiplas esferas da infância, na medida em que potencializou a desproteção desse grupo.

A realidade multicultural existente no território nacional abarca a diversidade e a pluralidade das infâncias brasileiras. A infância por sua vez, constitui-se como um grupo social, cultural e político, carregado de historicidade e capacidade de transformação social. Com isso, dá-se a importância de reconhecer as crianças como sujeitos protagonistas, ativos e participativos em nossa sociedade, como um meio para romper com parâmetros adultocêntricos e perspectivas futuristas impostas sobre elas, visto que são capazes de refletir acerca de temáticas relevantes para a sua realidade. (FIUZA; KLANOVICZ, 2021).

Do mesmo modo, considerando que as experiências infantis não ocorreram de forma semelhante em meio à pandemia, o cuidado com as crianças durante a pandemia torna-se fundamental para a garantia de seus direitos à proteção integral. Cada criança enfrentou este cenário de acordo com sua singularidade, dado a variedade e a complexidade de contextos que permeiam as infâncias brasileiras, com inúmeros problemas, desafios e adversidades únicas para cada gênero, etnia e classe social, que foram sofridas enquanto estavam fora da escola (BRANDÃO, 2021).

Desta forma, o diálogo desta temática com o campo da sociologia da infância torna-se essencial, uma vez considerada a abundância e as singularidades das infâncias brasileiras, que não foram vivenciadas do mesmo modo durante este período, ademais, ressalta-se a capacidade de transformação das crianças em nossa sociedade. Para mais, diante da Covid-19

e do distanciamento social, o âmbito da violência contra a criança ampliou-se em uma perspectiva multidimensional, posto que além do aumento da vulnerabilidade, as crianças em seus lares tornaram-se ainda mais expostas à violência.

A violência contra as crianças reproduzida durante a crise sanitária provocada pelo cenário pandêmico problematiza-se com base nas características explícitas da ação, uma vez que viola diretamente os direitos humanos e fundamentais e interrompe a vivência de uma infância plena, como assevera o art. 227 da Constituição Federal de 1988, quando afirma que a criança tem prioridade ao “direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, e que devem ser colocadas “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

Para além da Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989 garante igualmente a adoção de medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais que visem a proteção da criança contra “todas as formas de violência física ou mental, ofensas ou abusos, negligência ou tratamento displicente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual”. (ONU, 1989). Dessa maneira, a discussão acerca dos ataques contra as crianças intensificados no decorrer da quarentena tornou-se polissêmica, uma vez “produzida e reproduzida por vários elementos que se articulam para emergência desse fenômeno” (OLIVEIRA et. al, 2022, p.5), como a supressão dos direitos básicos exibidos nos documentos supracitados.

Levando em consideração as múltiplas perspectivas, realidades e tipos de violências sofridas pelas crianças, o presente cenário de desigualdade social em meio às classes brasileiras, exacerbado pela diminuição da renda familiar, perda de emprego e situações socioeconômicas instabilizadas, contribuiu para o aumento da vulnerabilidade, como percebe Cabral et. al. (2021) que ao analisar as diretrizes governamentais do país, observou que o afastamento pôde ser avaliado a partir de diversos pareceres.

A visibilidade desse grupo social tornou-se imprescindível para avaliar os reais fenômenos vivenciados pelas crianças fora da escola, a fim de representá-las através de uma perspectiva histórico-sócio-cultural, como sujeitos participantes e ativos na sociedade. Dentre os pontos observados em meio às circunstâncias emergenciais, percebe-se que a escola dispõe de uma função fundamental na vida das crianças, pois além de ser um mecanismo valioso na identificação da violência intrafamiliar, também desfruta de um caráter protetivo, como um local

seguro capaz de oferecer apoio, suporte e serviços destinados ao auxílio do desenvolvimento infantil. (SOARES et. al. 2021; Da SILVA et. al. 2021).

Nesse âmbito, ressalta-se que a convivência constante das crianças com seus familiares, as tornaram mais vulneráveis à violência em virtude de fatores estressores adicionais como “problemas financeiros, desemprego, aumento de uso de substâncias, maior carga de trabalho doméstico” (OLIVEIRA, et. al, 2022, p. 5). As mudanças econômicas, o desemprego, a instabilidade financeira, a sobrecarga do trabalho remoto, a interrupção das relações interpessoais, entre outros, corroboraram para o surgimento de práticas agressivas nos lares, devido alterações comportamentais e/ou desobediência por parte das crianças (SOARES et. al. 2021; FIUZA; KLANOVICZ, 2021).

Nesse sentido, evidencia-se o crescimento da quantidade dos episódios de violência intrafamiliar, doméstica e sexual, em virtude do maior tempo de contato com os agressores, que tornou as crianças propensas à violência (SOARES et. al. 2021). Ademais, as mídias digitais integram-se às práticas de violência infantil, levando em conta que a ocultação do real número de ocorrências de violência doméstica colabora para a continuidade desse ato. Além disso, Brandão (2021) pontua que a desigualdade social desfigura o acesso integral às informações para toda a população, devido à insuficiência de recursos.

Diante do exposto e considerando as diversas manifestações de violência contra as crianças, a preocupação central deste trabalho voltou-se para a compreensão das publicações científicas que retrataram essa temática durante o distanciamento social, as quais serão apresentadas na sequência.

PERCURSOS DA PESQUISA

Inicialmente, o problema de pesquisa investigado neste trabalho caracteriza-se a partir da integralização de temas relacionados a infância e pandemia, apoiado no campo da Sociologia da Infância. Estes fatores estão ligados a uma pesquisa mais ampla realizada a título do Programa de Iniciação Científica (ProIC) na Universidade de Brasília. Buscou-se a exploração dos assuntos e temáticas existentes em torno de quatro questionamentos centrais, a saber: como estudar as crianças fora das escolas durante a pandemia? Como essas crianças estão sendo representadas pelos pesquisadores? Quais desafios estiveram presentes na infância fora da escola? De que modo trazer visibilidade para a infância quando não foi percebida durante este período?

A pesquisa, de natureza qualitativa, busca mapear as produções acadêmicas desenvolvidas durante o período pandêmico, de modo a extrair significados temáticos ou significantes e localizar publicações e pesquisas realizadas acerca da infância brasileira diante do impacto gerado pela Covid-19 na vida das crianças. O recorte temporal da pesquisa refere-se aos anos de 2020 a 2022, sendo que o levantamento de dados ocorreu a partir de três plataformas digitais: o portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e Scielo.

Para realização das buscas, foram indexados nas três plataformas os termos “Infância e pandemia”, “criança e pandemia”, “infância e Covid-19” e “criança e Covid-19”. Com isso, apuraram-se apenas artigos que indicam coligação entre a infância e a Covid-19, o distanciamento social, as crianças e os obstáculos enfrentados por elas enquanto estavam fora da escola, assim como em outros espaços sociais. O levantamento de dados encontrou ensaios, monografias, boletins, recortes de livros, notícias e notas técnicas para responder às questões da pesquisa e auxiliar na elaboração de novas questões.

Todavia, para composição do corpus deste trabalho optou-se apenas pela seleção de artigos científicos relacionados à violência infantil no Brasil durante a pandemia da Covid-19, uma vez que os artigos científicos contêm dados essenciais para a produção de textos acadêmicos, com novos esclarecimentos e atualizações acerca do cenário atual. Os resultados encontrados foram organizados em planilhas do Excel, para listagem e organização das produções. Em seguida, houve a organização dos dados em uma única tabela para realizar a condensação das temáticas por aproximação de assunto abordado e divisão em categorias relacionadas ao tema de pesquisa. Acrescenta-se ainda que foi realizada a exclusão de títulos repetidos, sendo considerado apenas a primeira ocorrência, e de estudos que não traziam evidências relacionadas ao tema revertendo-se em 83 artigos para análise.

Desta forma, selecionou-se a subcategoria “Crianças e a violência durante o distanciamento social na pandemia” como foco de pesquisa para ampliar as investigações. Este conjunto de dados elencou ao todo dezesseis trabalhos, que foram analisados buscando apresentar discussões que pudessem oferecer uma perspectiva sobre como a violência contra as crianças foi abordada nas publicações durante a pandemia.

A VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS A PARTIR DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

A discussão acerca das crianças e a violência durante o distanciamento social na

pandemia, manifestam variados aspectos e características dos diferentes tipos de violências praticadas contra as crianças neste período. Sob o olhar e reflexão das publicações analisadas reconhece-se o aumento da violência contra as crianças nesse momento de isolamento social, bem como a constatação de inúmeros impactos físicos, sociais e psicológicos na vida das crianças.

Relacionar a infância com a pandemia da Covid-19 requer uma interconexão com o campo da Sociologia da Infância, tendo em vista que esses princípios refletem aspectos fundamentais para o entendimento das crianças, que embora consideradas sujeitos de direitos ainda se encontram submissas ao poder do Estado, que tem deixado a margem essa categoria geracional em âmbito de políticas sociais. Qvortrup (2014) destaca que esta fase reverbera a historicidade de acontecimentos evidentes na sociedade, pois a infância se resulta em uma “ação recíproca entre parâmetros sociais – econômicos, políticos, sociais, tecnológicos, culturais, etc.” (QVORTRUP, 2014, p. 25), dessa forma, dá-se a importância da construção coletiva de uma consciência sobre a infância, a qual envolve a inclusão de suas múltiplas perspectivas na vida pública, a fim de romper com a invisibilidade imposta sobre essa categoria geracional.

De acordo com os pareceres pontuados, Fiuza e Klanovicz (2021) observam que, embora todos tenham sofrido grandes impactos emocionais, as crianças que pertencem às camadas privilegiadas desfrutaram de experiências totalmente diferentes das crianças oriundas das camadas populares, pois nesses locais predominava-se a insegurança em relação à diversos fatores, principalmente no que tange a violência doméstica. Assim, destaca-se a divisão de classes em nossa sociedade como principal fator agravante dos prejuízos vivenciados pelas crianças, assim como a precariedade assistencial enfrentada nas classes populares.

No ano de 2020, a disseminação do vírus da Covid-19 resultou em incontáveis alterações repentinas na vida e nas práticas cotidianas da população, apesar da emergência de saúde pública em nível mundial ter instaurado inúmeras mudanças repentinas e repercussões negativas, a medida restritiva adotada e recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou-se imprescindível para contenção do novo coronavírus. Consta-se que todos os indivíduos experienciaram os numerosos efeitos causados pela pandemia e pelo distanciamento social, em especial as crianças, tendo em vista que a infância é diretamente influenciada pelas forças sociais e políticas, dado que a ocorrência de fenômenos em nossa sociedade afeta diretamente as crianças (QVORTRUP, 2011).

As crianças encontram-se inseridas na sociedade, pois “a infância é influenciada de um

modo particular pelas forças sociais” (QVORTRUP, 2011, p. 207), não podendo ser negadas ou ocultas por parte do Estado em virtude de sua faixa etária, ainda assim, os impactos sentidos com a pandemia repercutem em consequências para a vida das crianças, pois os prejuízos presenciados no mundo adulto, como o desemprego, as tornam ainda mais vulneráveis em virtude de sua dependência dos adultos.

Considerando que o foco desta pesquisa busca investigar as múltiplas realidades das infâncias vivenciadas durante a pandemia, os autores (MARQUES, et. al., 2020; SILVA et. al., 2021; FIUZA; KLANOVICZ, 2021; CABRAL et. al., 2021) realçam em suas publicações que dentre as mudanças inesperadas, também sobressaem variações na dinâmica relacional, alinhadas à busca pela sobrevivência e/ou supressão das necessidades básicas. Além do desemprego, a insegurança diante da doença, as oscilações econômicas, a intensificação das medidas de prevenção, o medo causado pelo aumento das taxas de mortalidade, o despreparo emocional, a multiplicação do estresse parental, as alterações nas dinâmicas familiares, entre outros, tornaram-se fatores infiltrados nos lares, que somados ao recolhimento dos indivíduos, acentuaram a violência intrafamiliar.

Assim, segundo Marques et. al. (2020) e Fiuza e Klanovicz (2021) o distanciamento social impediu o acesso à locais públicos e subtraiu as possibilidades de deslocamento, de contato com as pessoas e de realizar afazeres diários. Estes fatores afloraram os sentimentos de irritação, estresse e ansiedade nas crianças, favorecendo a presença de comportamentos agressivos ou de desobediência nos lares. Os autores Silva et. al. (2021) também citam alguns fatores que se agravaram por efeito do distanciamento social, tais como casos de violência doméstica e infantil, maus-tratos, negligência, abuso psicológico, exploração infantil, riscos de violência e a dificuldade de realizar denúncias. Em um diálogo, Oliveira et. al. (2022) destacam que a violência intrafamiliar sempre existiu e se fortaleceram em virtude da permanência constante das crianças em suas residências, sendo em alguns casos originada por brigas entre o casal, por fim, Platt, Guerbert e Coelho (2021) complementam afirmando que “as restrições de movimento, as limitações financeiras e a insegurança generalizada encorajam os abusadores, dando-lhes maior sensação de poder e de controle”. (p.4).

Com isso, é possível perceber a acentuação da vulnerabilidade na infância, pois as crianças estiveram mais suscetíveis às implicações provocados pela Covid-19 à custa da dependência existente em relação aos adultos, e por serem vistas como seres imaturos, que não correspondem à lógica de um sistema produtivista e capitalista (QVORTRUP, 2011). Durante

a pandemia, as crianças novamente vivenciaram o rompimento e a negação de seus direitos, pela omissão do Estado em relação a criação de políticas públicas que integrassem a proteção integral à infância, além de terem suas vozes reprimidas, pois em muitos casos foram desconsiderados seus anseios, pensamentos e perspectivas em relação ao que vivenciaram, somados a impossibilidade de frequentar locais públicos. Este ponto alinha-se ao cenário da negligência parental, explicada por Marques et. al. (2020) quando citam que “há riscos de perda ou separação dos pais devido ao isolamento/quarentena, o que pode tornar a criança desassistida por um adulto” (p.3), além do abandono, violência física, psicológica, sexual, trabalho infantil, etc. citados por Platt, Guerbert e Coelho (2021) que também se configuram como negligência parental.

Em razão da inibição da presença dos indivíduos em espaços comuns os autores (MARQUES et. al., 2020; OLIVEIRA et. al., 2022; PLATT; GUERBERT; COELHO, 2021) concordam que ao vedar a circulação dos indivíduos em locais comuns e públicos como as instituições educativas, serviços sociais, de proteção ou de saúde, etc., também foram bloqueadas as relações interpessoais, assim como a identificação de casos de violência infantil, uma vez que esses locais eram os principais identificadores. Cabral et. al. (2021) acrescenta que os grupos de crianças que vivem em contexto de extrema pobreza, refugiadas, migrantes, em situação de rua, localizadas em áreas periféricas e/ou áreas de conflito, com deficiência ou outras necessidades sociais e de saúde específicas são ainda mais vulneráveis, invisibilizadas e marginalizadas.

Marques et. al. (2020), Silva et. al. (2021) e Cabral et. al. (2021) comparam que a fragilidade de mulheres, crianças e adolescentes deu margem para a presença de comportamentos agressivos nos lares, assim como o convívio limitado ao círculo familiar mais próximo. Pontua-se que o lar deveria ser um local seguro, configurado como um ambiente de proteção, como afirmam Silva et. al. (2021), Marques et. al. (2020) e Fiuza e Klanovicz (2021), porém, em meio ao distanciamento social, o lar se tornou o espaço de maior vulnerabilidade com grandes índices de violência, “o cenário dos diferentes tipos de violência contra crianças e adolescentes brasileiras acontecem no ambiente familiar” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p. 6).

Com isso, pode-se notar que mesmo dentro de casa as crianças não estavam seguras ou protegidas, pois a violência esteve internamente presente nos lares, enquanto a realidade permaneceu oculta como reconhecem os autores (MARQUES et. al., 2020; SILVA et. al.; 2021; SOARES et. al., 2021; MAGALHÃES, 2020; OLIVEIRA, 2022; CABRAL et. al., 2021) ao

avaliar que a escola dispõe de um papel valioso na identificação de casos de violência doméstica e/ou abuso infantil, por se tratar de um espaço seguro, sendo o professor considerado um agente confiante ao analisar as manifestações e sintomas apresentados pela criança. Brandão (2021) e Oliveira (2022) acrescentam que para muitas crianças a privação da escola resultava na falta das refeições diárias, visto que muitas se alimentavam apenas neste espaço, o que também se configura uma prática da violência infantil.

Os ambientes escolares, o professor e/ou profissionais com domínio na abordagem da violência infantil são capazes de fornecer proteção e apoio para crianças inseridas em um contexto violento. Todavia, uma vez fechados “os casos de violência doméstica e maus-tratos infantis são mais prováveis de permanecerem não notificados e/ou não identificados” (OLIVEIRA et. al., 2022, p.6), pois em raros casos o/a professor/a conseguirá identificar um caso de violência por meio do ensino remoto.

Para além das instituições educativas e da violência intrínseca nos lares, os autores Soares et. al. (2021) incluem a fragilidade dos serviços de apoio ofertados para a proteção e para a saúde das crianças, devido a redução do horário de expediente durante em meio à Covid-19 e da inconstância do Estado no que tange a criação de políticas públicas que exacerbem os sistemas assistenciais. Com isso, Morais (2021) em sua publicação percebe a violência infantil como uma questão de saúde pública, a qual também é definida pela OMS.

Em sua publicação, Morais (2021) entrevista profissionais da saúde que relatam que a violência contra a criança pôde ser identificada mediante alguns fatores durante o período de internação hospitalar, como a ausência dos responsáveis durante a internação, relações violentas no cotidiano ou com a conclusão de que o diagnóstico clínico é resultado da ausência de cuidado ou de um ato violento. Os casos acompanhados em seu artigo, classificaram-se como risco social, violência psicológica, negligência, violência física e abuso sexual.

Posteriormente, a partir dos dados analisados, fez-se evidente a existência de diferentes tipos de violência sofridos pelas crianças, os quais vão além da perspectiva multidimensional da violência sofrida no ambiente familiar, Brandão (2021) exhibe outros tipos de violência sofridos pelas crianças como a violência provocada pelas tecnologias, a saber, pela exposição de imagens das crianças em situações vexatórias, imagens de abusos, conteúdos pornográficos envolvendo crianças, propagandas antiéticas, incentivo do consumo de produtos nocivos à saúde, entre outros, que tornaram-se capazes de causar repercussões e implicações negativas na saúde mental das crianças que já sentiam-se afetadas pelas modificações em meio a Covid-19.

Os autores Deslandes e Coutinho (2020) ao dialogar acerca da socialização e da conexão pela via digital em meio a distância proporcionada pela Covid-19, complementam que “a rotina das pessoas passou a ser mediada exclusivamente pelo mundo digital” (p. 2481).

Com isso, a ampliação de tempo frente às linhas de conexões digitais, indiciou um ambiente propício para as violências infantis, pois ao não serem supervisionadas pelos pais e/ou responsáveis, as crianças passaram mais tempo conectadas digitalmente, consumindo massivamente incontáveis assuntos prescindíveis para sua faixa etária, uma vez que deveriam estar realizando outros tipos de atividades, as quais poderiam ser elaboradas pelos cuidadores. Para exemplificar os ataques ocorridos pela Internet, Platt, Guerdert e Coelho (2021) registram que, de acordo com a SaferNet houve um aumento de 108% nas denúncias de pornografia infantil durante a pandemia no país; só em abril de 2020 foram 9.995 denúncias.

Desta forma, dentre outros exemplos, somam-se fatores como a hiperexposição, diluição de fronteiras público-privadas-íntimas e a espetacularização de si, que além de afetarem diretamente as crianças em sua integridade física, moral e social, também ampliam as barreiras para a amplificação da violência digital, tornando-as ainda mais vulneráveis. Para complementar, Deslandes e Coutinho (2020) discutem acerca dos impactos causados pelo excesso de telas nas crianças, pois além do uso intensivo das tecnologias digitais e do consumo massivo de conteúdos sobre a pandemia, que tornou indispensável a moderação e a supervisão dos pais e/ou responsáveis, também houve o aumento da prática de violências auto infligidas/autoprovocadas.

Uma ocorrência interessante percebida ao longo dos trabalhos, consiste na análise de Silva et. al. (2021), os quais salientam a diminuição das notificações dos casos de violência a partir do início do período de distanciamento social em 2020, ademais, as publicações também afirmam que houve diminuição apenas no número de denúncias, mas não nos casos de violência infantil, o que mais uma vez demonstra a invisibilidade das crianças vítimas da sociedade brasileira, que foram silenciadas e vulnerabilizadas a partir de inúmeras formas durante esse período, onde não possuíam espaços de sociabilidade que as acolhessem em seus anseios, manifestações, desejos, opiniões e sentimentos vivenciados durante esta pandemia.

Com isso, sucede-se a percepção de variadas formas de violência contra as crianças, Fiuza e Klanovicz (2021) reconhecem a violência através de uma relação hierárquica e soberana, também comentada por Cabral et. Al. (2021), provinda de uma cultura adultocêntrica em relação à criança, que a aloca em um espaço de submissão e dependência, “muitas crianças

vivenciam o abuso de poder na relação com o adulto que convivem, são expostas a situações de maus tratos, abuso sexual, trabalho infantil, prostituição, impactando a trajetória da vida pessoal, emocional, social e comunitária.” (FIUZA; KLANOVICZ, 2021, p. 6), especialmente ao se tratar de meninas, pois representam grande parte dos números de notificações dos casos de violência como percebe Levandowski et. al. (2021).

Desta forma, erguem-se os impactos causados nas crianças durante a pandemia, vale ressaltar que mesmo dispondo de diversos documentos constitucionais que visam o enfrentamento e o combate aos maus-tratos na infância, esses seres ainda se encontram sem a garantia protetiva para o seu desenvolvimento integral, levando em consideração o aumento de

maus-tratos; negligência; abuso psicológico e exploração; atendimento de traumas contusos e craniano por abuso infantil; crimes e exploração sexual infantil online; número de estupros de menores perpetrado por membros da família; além das formas mais graves de lesões por uso de armas de fogo e armas brancas (SILVA et. al., 2021, p. 9-10).

Além disso, esses fatores acentuaram-se de acordo com Soares et. al. (2021), Deslandes e Coutinho (2020), Oliveira et. Al (2022), Platt, Guerbert e Coelho (2021) e Cabral et. al. (2021) devido aos coeficientes precipitadores/agravantes da violência, que consistem em mudanças comportamentais e alterações emocionais, como agitação, ansiedade, estresse e até pânico nas crianças que muitas vezes não entendem a gravidade e os riscos causados pelo vírus da Covid-19. Os autores pontuam que as crianças nesse meio não dispuseram da ajuda parental para a compreensão e raciocínio sobre as explicações lógicas e congruentes em relação ao vírus, que estiveram “entediadas” em meio a inatividade ou desfrutando excessivamente das tecnologias e do consumo intensivo de questões nocivas para a saúde mental infantil como número de casos de infectados, de pessoas internadas e de vítimas da Covid-19.

Brandão (2021) afirma que as crianças sofreram violência desde o início da pandemia com o isolamento social, visto que o afastamento de parentes próximos e perda de vidas familiares resultou em muitas crianças órfãs. A qualidade de vida das crianças foi afetada e elas foram colocadas em situações de vulnerabilidade, além de serem identificadas como transmissoras em potencial da Covid-19, o que lhes agravou o medo. Ademais, a perda da renda familiar aumentou as ocorrências de trabalho infantil, alinhados ao crescente índice de evasão escolar, assim, novamente esses aspectos condizem com o rompimento dos direitos das crianças desprotegidas pelo Estado, principalmente quando se trata das menos favorecidas. Sobre esse

aspecto cabe mencionar que tanto a suspensão da vida escolar acadêmica quanto a prática do trabalho infantil acometem danos incalculáveis nas múltiplas esferas sociais e psicológicas das crianças como menciona Cabral et. al. (2021) quando afirma que “as consequências da violência podem se perdurar ao longo da vida, afetando o desenvolvimento potencial do indivíduo com danos irreversíveis e trazendo impactos que se estendem às famílias e à comunidade” (p. 11).

Por fim, conclui-se que os autores em âmbito geral, enfatizam que a violência infantil é considerada crime, uma vez que acarreta imensuráveis danos contra a vida da vítima. Do mesmo modo, é possível perceber a presença de diversos tipos de violência, que para além da violência intrafamiliar, se intensificaram durante o período em que as crianças permaneceram distantes dos locais públicos. Os autores citam a violência digital, a falta de apoio do Estado, a violência doméstica, psicológica, sexual, auto infligida, etc., além de concordar que o lar deveria ser um lugar seguro, porém se tornou um ambiente propício à violência.

Em razão do distanciamento social, a escola deixou de cumprir um papel importante em relação às denúncias contra a violência doméstica, assim como os serviços de saúde e de proteção à criança, que tiveram seus serviços fragilizados pelo fechamento dos ambientes. Para concluir, os autores dialogam acerca de alternativas de cuidado e proteção das crianças na pandemia, como redes de assistência, canais de denúncia, punição aos agressores, etc., afinal, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados permitiram compreender os aspectos multidimensionais que levaram à amplitude da prática da violência contra as crianças durante o distanciamento social, uma vez acentuada em detrimento das modificações causadas na sociedade pela Covid-19.

Foi possível notar que a elevação da violência, principalmente nos ambientes domésticos, ocorreu a partir da interrupção do acesso da população aos espaços públicos, que se configuravam como principais identificadores da ocorrência de violências, tais como as instituições educativas, serviços de apoio e proteção e serviços de saúde. Reconhecer os intensos danos físicos, psicológicos e sociais originados nas crianças neste período tornou-se objeto primordial de investigação nesta pesquisa, dado a necessidade de explorar em meio a publicações científicas as implicações que envolvem aspectos relacionados às representações das crianças vítimas de violências, e de que forma a infância foi vivenciada diante de

uma conjuntura devastadora, tendo em vista a singularidade de cada contexto social que envolve a pluralidade das infâncias brasileiras.

Os impactos emocionais na saúde mental ocorridos devido à abusos físicos e/ou psicológicos praticados contra as crianças, manifestaram-se a partir do crescimento de sensações como o estresse, irritabilidade, ansiedade, agitação, tensão, medo, entre outros, foram apontados como resultado da modificação repentina da rotina, a amplificação da insegurança causada pela pandemia e em alguns casos serem consideradas transmissoras em potencial do novo coronavírus.

O ensino remoto também afetou a estabilidade mental das crianças, na medida em que apresentavam dificuldades para aprender e sanar as dúvidas na aprendizagem à distância, devido à falta de contato e interação direta com os colegas e professores, o que também interferiu na socialização, assim como a inconsistência e impossibilidade do acesso às aulas, em razão da falta dos recursos necessários, que oprime e exclui as crianças que não possuem esses instrumentos.

Assim, entendendo a referência intrínseca em uma temática de relevância social, pontua-se que as crianças ainda carecem de espaço, proteção e participação ativa na sociedade, de modo a serem ressaltados seus pensamentos, perspectivas, emoções e narrativas que tampouco estiveram presentes dentro das pesquisas analisadas, a fim de romper com uma perspectiva adultocêntrica imposta sob suas vozes. Deste modo, a criação de políticas públicas para as crianças, com efeito nas que se encontram em situações de vulnerabilidade social, exala sua seriedade nos espaços públicos, pois uma vez consideradas sujeitos de direitos e deveres, tornam-se responsabilidade prioritária do Estado, no qual é obrigado a implementar e garantir o funcionamento de serviços sociais que visem a proteção integral à infância, a saber, em seus aspectos físico, psíquico e social.

Por fim, espera-se que este trabalho implique o aprofundamento da temática em questão, tendo em vista que além dos incontáveis questionamentos existentes, os impactos resultantes na saúde mental e física das crianças, frutos de um período pandêmico, ainda irão perdurar por muitos anos na medida em que se refletem e repercutem em características iminentes no comportamento das crianças brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. G.; SILVA JÚNIOR, A. A. da. The biopsychosocial impacts suffered by the child population during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021.

ALMEIDA, I. L. D. L., REGO, J. F., TEIXEIRA, A. C. G.; MOREIRA, M. R. Social isolation and its impact on child and adolescent development: a systematic review. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 40, 2022.

BRANDAO, I. C. de J. Infância em tempos de pandemia. **HOLOS**, , v. 3, p. 1–17,2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.022, de 7 de julho de 2020**. Dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança, 1990.

CABRAL, I. E. et al. Diretrizes brasileiras e portuguesas de proteção à criança vulnerável à violência na pandemia de COVID-19. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. spe, 2021.

DESLANDES, S. F.; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, suppl 1, p. 2479-2486, 2020.

FIUZA, D. R.; KLANOVICZ, L. F. Infância e violência em tempos de pandemia COVID-19. In: IV Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237-4078. 2021.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Proteção infantil durante a COVID-19: até quando os casos de maus-tratos infantis continuarão sendo subnotificados? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, 2021.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, p. e00074420, 2020.

MORAIS, B. P. de S. de. Relato de experiência no acompanhamento dos casos de violência contra criança: reflexões sobre a pandemia por causa da contaminação pela covid-19. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 2, p. e13151, 2021.

MOREIRA, R. B. da R.; MAGALHÃES, D. K. de O. Os impactos da pandemia de covid-19 no enfrentamento da violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Revista da Jornada de Pós-Graduação e Pesquisa-Congrega Urcamp**, v.16, p. 269-275, 2020.

OLIVEIRA, A. P. F. de et al. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Escola Anna Nery**, v. 26, n. spe, 2022.

PLATT, V. B., GUEDERT, J. M.; COELHO, E. B. S. “Violence against children and adolescents: notification and alert intimes of pandemic.” **Revista paulista de pediatria: órgão oficial da Sociedade de Pediatria de São Paulo**, v. 39, 2022.

QVORTRUP, J. Nove teses sobre a "infância como um fenômeno social". **Proposições**, v. 22, n., p. 199-211, 2011.

QVORTRUP, J. Visibilidades das crianças e da infância. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 23–42, 2014.

SILVA, M. C. B. da et al. Evidence on the impacts of covid-19 pandemic on violence against children: scoping review. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 30, n.1, 2021.

SILVA, J. O. L. et. al. Incidence of domestic physical violence against children and adolescents in a city in the interior Bahia during the COVID-19 pandemic. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, p. e47101724287-e47101724287, 2021.

SOARES, C. F. S. e et. al. Fatores precipitantes e/ou agravantes da violência contra crianças no contexto da COVID-19 / Precipitating and/or aggravating factors of violence against children in the context of COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 9430–9442, 2021.